



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

Aos 11 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 14h10min, na Sala de Sessões das Turmas Recursais do Maranhão, presentes os Excelentíssimos Senhores Juízes RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA (Juiz Presidente e 3º Relator), LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO (2º Relator) e RUBEM LIMA DE PAULA FILHO (1º Relator), iniciou-se a quinta sessão do ano de 2015, sendo que o MM. Juiz Federal Dr. PABLO ZUNIGA DOURADO compôs a Turma em substituição ao 3º Relator, no julgamento dos processos 38722-47.2010.4.01.3700, 44438-55.2010.4.01.3700, 44524-26.2010.4.01.3700, 45410-25.2010.4.01.3700, 31246-55.2010.4.01.3700, tendo exercido a presidência o MM. Juiz Federal LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO e ao 1º Relator no julgamento dos processos 57072-78.2013.9370 e 198-09.2011.9370. Presentes ainda a estagiária Cleyde Pollyana Viegas Pisk e os servidores Paavo Nousiainen Pegado e Ana Grazielle Gomes Lima de Menezes. Aberta a Sessão, foram julgados, sucessivamente, os processos da 3ª, 2ª e 1ª Relatoria, ocorrendo o julgamento em bloco, sem divergências, de acordo com sinopse anteriormente analisada pelos magistrados, exceto o processo nº. 7736-42.2012.4.01.3700, julgado por maioria, vencido o Relator, sendo o voto vencedor relatado pelo MM. Juiz Federal RUBEM LIMA DE PAULA e o processo nº. 670-10.2011.4.01.3700, julgado em destaque por não integrar a sinopse, tudo conforme lista anexa com a indicação dos respectivos resultados e processos adiados. A sessão encerrou-se às 14h52min. Lavrei a presente ata, que após sua aprovação, segue para publicação. Vai devidamente assinado por mim _____ Roberto Oliveira Silva, Analista/Judiciário, Secretário da Sessão e pelo MM. Juiz Presidente, Dr. RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA.

RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA
Juiz Federal Presidente



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

PROCESSOS DA RELATORIA DO DR. RUBEM LIMA DE PAULA FILHO

PROCESSOS VIRTUAIS (27)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
0030821-86.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO tão-somente para limitar a restituição dos valores indevidamente descontados ao termo inicial da vigência da regra de não incidência, ou seja, 01/04/2012, bem como desobrigar a Recorrente da apresentação dos cálculos para liquidação do julgado, permanecendo, contudo, o dever viabilização dos meios necessários para tanto, nos termos do voto do relator.
0004543-48.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para condenar o INSS a conceder ao Autor/Recorrente o benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, desde a data do requerimento administrativo (26/07/2013 – NB 164.790.620-0), com o pagamento das parcelas vencidas, mediante precatório ou RPV, conforme o caso, e acrescidos de correção monetária, a partir do vencimento de cada prestação, conforme Manual de Orientação e Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, bem como juros de mora, a contar da citação, conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0049306-71.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0018567-81.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0032375-90.2013.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0013558-41.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0018202-27.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0025836-74.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0056769-64.2013.4.01.3700	de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator. DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0009608-24.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0015875-12.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0010185-02.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0005906-70.2014.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, tão-somente para estabelecer ao crédito exequendo a aplicação de juros de mora, contando da citação para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores, no percentual de 1% a.m., até a edição da Lei 11.960/2009, quando então serão devidos conforme índices da caderneta de poupança (Art. 1.º-F, da Lei 9.494/97), nos termos do voto do relator.
0008744-25.2010.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO, a fim de reformar a sentença, determinando o restabelecimento do benefício auxílio doença (NB: 131.887.817-6) desde a cessação indevida (17/03/2008), com pagamento das prestações vencidas sobre o as quais incidirão correção monetária e juros, conforme Manual De Cálculos Da Justiça Federal, nos termos do voto do relator.
0008456-38.2014.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0082392-14.2005.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0021434-86.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0030734-72.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0001665-58.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0036855-19.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0023874-26.2008.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0017009-21.2007.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0024498-07.2010.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0016815-11.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0010127-04.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0043474-57.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0037281-02.2008.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO VIRTUAIS (85)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
0000365-90.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0053061-06.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0053156-36.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0042029-04.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0019125-87.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0053101-85.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0000154-20.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0028255-38.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0038528-42.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0000117-90.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0028247-61.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0043729-49.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0046939-74.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0057314-37.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0007658-19.2010.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0042770-49.2010.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0041438-47.2010.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0050127-75.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0031792-76.2011.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021422-33.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0049141-24.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014181-76.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0045330-61.2010.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0028248-46.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014733-75.2011.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014729-72.2010.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0003127-45.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0027042-26.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0037399-02.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026596-23.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0020723-42.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0022124-76.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014178-24.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014179-09.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021413-71.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0022068-43.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0051453-70.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021911-70.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0022133-38.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0009900-09.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0016229-37.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0046972-64.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0045451-84.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0019726-30.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021899-56.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0019145-78.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018275-33.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014725-30.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024498-65.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021461-30.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021491-65.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018264-67.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018913-32.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026505-30.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021460-45.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018909-92.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026508-82.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0024494-28.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0027081-23.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026497-53.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018921-09.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021433-62.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024567-97.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0016968-10.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026577-17.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0026564-18.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024420-71.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0045578-22.2013.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024515-04.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0043239-27.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021924-69.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024439-77.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0033471-09.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0024425-93.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0022100-48.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0021935-98.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0027008-51.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0041093-42.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0022086-64.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0016233-74.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0014182-61.2012.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0044122-03.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0019856-49.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018680-35.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
0018552-15.2014.4.01.3700	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FÍSICOS (27)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
----------	----------------------------------



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

622-49.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9373-59.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
621-64.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9447-16.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
8632-19.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
8437-34.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10686-55.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10753-20.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10968-93.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10359-13.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
8431-27.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10682-18.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
156-55.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
168-69.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10089-86.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9503-49.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9377-96.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9379-66.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
8445-11.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9545-98.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
9555-45.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10678-78.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10677-93.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
8628-79.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
161-77.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
152-18.2012.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.
10357-43.2011.4.01.3701	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

PROCESSOS DA RELATORIA DO DR. LINO OSVALDO SERRA SEGUNDO

PROCESSOS VIRTUAIS (82)



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
0033634-62.2009.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO. Consigne-se, de logo, a não devolução de valores recebidos a título de antecipação de tutela, tratando-se de verba alimentar recebida de boa-fé, nos termos do voto do relator.
0018503-47.2009.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0032795-71.2008.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0010077-46.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0041770-14.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0020465-08.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0000722-75.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0015805-68.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0039441-29.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0011598-89.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0014648-26.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0024167-25.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0004276-18.2010.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ, nos termos do voto do relator.
0015719-97.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0020654-83.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0008401-29.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0009494-27.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0034145-60.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, nos termos do voto do relator.
0039455-47.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0044524-26.2010.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RONALDO)	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0028432-70.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0031246-55.2010.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RONALDO)	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0045410-25.2010.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RONALDO)	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0004008-61.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0012116-79.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0022106-31.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0019278-62.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0012411-53.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0028854-45.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0006044-76.2010.4.01.3700	SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO com determinação de retorno dos autos ao Juízo de origem para realização de audiência de instrução e julgamento e regular processamento do feito. Recurso prejudicado, nos termos do voto do relator.
0029409-62.2010.4.01.3700	RECURSO NÃO CONHECIDO, nos termos do voto do relator.
0039765-53.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0034687-78.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0035461-11.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0044438-55.2010.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RONALDO)	RECURSO PREJUDICADO, nos termos do voto do relator.
0007736-42.2012.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR.
0041191-95.2012.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0035214-88.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0057072-78.2013.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RUBEM)	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0016572-38.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0007146-02.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0034699-53.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0021793-31.2013.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0033735-31.2011.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO da parte autora para conceder o benefício de auxílio-doença desde a data do requerimento administrativo (25/08/2011) até 13/11/2011, tudo devidamente corrigido e acrescido de juros moratórios a partir da citação, nos termos do Manual de Cálculo da JF, nos termos do voto do relator.
0029830-18.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO do réu e do autor, nos termos do voto do relator.
0009602-56.2010.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença proferida nos autos e determinar o retorno dos autos para o regular prosseguimento do feito, nos termos do voto do relator.
0033497-80.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0033933-05.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0014172-22.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0022374-85.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0011254-74.2011.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0038722-47.2010.4.01.3700 (IMPEDIMENTO DR. RONALDO)	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0015848-05.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0024034-80.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0029135-98.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0024206-22.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0030239-96.2008.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0022649-34.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0026479-71.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0009901-67.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0012152-24.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0039987-55.2008.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0025411-23.2009.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para reconhecer a prescrição quinquenal, nos termos do voto do relator.
0033514-48.2011.4.01.3700	AGRAVO NÃO PROVIDO, nos termos do voto do relator.
0019825-97.2012.4.01.3700	AGRAVO NÃO PROVIDO, nos termos do voto do relator.
0025712-67.2009.4.01.3700	AGRAVO NÃO PROVIDO, nos termos do voto do relator.
0029573-90.2011.4.01.3700	AGRAVO NÃO PROVIDO, nos termos do voto do relator.
0008473-11.2013.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0012763-11.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0023915-56.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0029750-25.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0017715-33.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0023749-24.2009.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
0037035-69.2009.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO. Sentença anulada com determinação de retorno dos autos ao Juízo de origem para realização de audiência de instrução e julgamento e regular processamento do feito, nos termos do voto do relator.
0007987-31.2010.4.01.3700	SENTENÇA ANULADA. Recurso prejudicado, nos termos do voto do relator.
0017378-44.2009.4.01.3700	EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do relator.
0048126-20.2013.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para alterar a forma de imposição dos juros, nos termos do voto do relator.
0040685-27.2009.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem para a realização de audiência de instrução e julgamento e posterior sentença, nos termos do voto do relator.
0014761-14.2009.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem para a realização de audiência de instrução e julgamento e posterior sentença, nos termos do voto do relator.
0004967-32.2010.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem para a realização de audiência de instrução e julgamento e posterior sentença, nos termos do voto do relator.
0040705-18.2009.4.01.3700	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença, determinando-se o retorno



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

0026076-39.2009.4.01.3700	dos autos ao juízo de origem para a realização de audiência de instrução e julgamento e posterior sentença, nos termos do voto do relator. DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem para a realização de audiência de instrução e julgamento e posterior sentença, nos termos do voto do relator.
---------------------------	--

PROCESSOS FÍSICOS (01)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
670-10.2011.4.01.9370	DEU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.

ADIADOS (18)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
0019522-83.2012.4.01.3700	
0012827-16.2012.4.01.3700	
0018954-38.2010.4.01.3700	
0002422-86.2010.4.01.3700	
025562-86.2009.4.01.3700	
0039973-37.2009.4.01.3700	
0005507-80.2010.4.01.3700	
0009268-22.2010.4.01.3700	
0041602-12.2010.4.01.3700	
0040786-64.2009.4.01.3700	
0018182-07.2012.4.01.3700	
0030124-41.2009.4.01.3700	
0024448-15.2009.4.01.3700	
0019000-61.2009.4.01.3700	
0004381-92.2010.4.01.3700	
0015706-64.2010.4.01.3700	
0007728-36.2010.4.01.3700	
0007439-69.2011.4.01.3700	



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA (02)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
0036879-18.2008.4.01.3700 0034459-06.2009.4.01.3700	

PROCESSOS DA RELATORIA DO DR. RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA

PROCESSOS FÍSICOS (41)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
636-35.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
32068-44.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
598-23.2011.4.01.9370	DEU PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença e determinar a baixa dos autos para nova decisão, mantida a antecipação de tutela, dada a existência de prova do falecimento, a abundância de indícios materiais do exercício da atividade rural, a presumida condição de dependente do viúvo e natureza alimentar da prestação, nos termos do voto do relator.
198-09.2011.4.01.9370	DEU PROVIMENTO AO RECURSO para julgar improcedente o pedido, cassada a decisão que antecipou os efeitos da tutela, nos termos do voto do relator.
39782-55.2010.4.01.3700	DEU PROVIMENTO AO RECURSO. Sentença reformada, nos termos do voto do relator.
4780-50.2011.4.01.3701	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença e determinar a baixa dos autos para realização e audiência e prolação de nova sentença, nos termos do voto do relator.
1166-39.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO do INSS e da parte autora, nos termos do voto do relator.
2008.37.00.701818-8	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
34576-60.2010.4.01.3700	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
474-40.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
58-72.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
2009.37.01.702794-5	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.
620-81.2011.4.01.9370	DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO apenas determinar a incidência dos encargos previstos no Manual de



TURMA RECURSAL DO MARANHÃO
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA RECURSAL – 11/02/2015

4843-41.2013.4.01.3700 2009.37.02.705223-3 2008.37.00.701773-4	Cálculos da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para determinar ao INSS a implantação do benefício de auxílio-doença, na qualidade de segurado especial, com DIB em 17 de julho de 2.006 e DCB em 06 de junho de 2.007, condenada a autarquia ao pagamento das prestações vencidas nesse período, incidentes os encargos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, nos termos do voto do relator.
221-52.2011.4.01.9370 471-85.2011.4.01.9370 25944-40.2013.4.01.3700 1185-45.2011.4.01.9370 444-05.2011.4.01.9370 306-38.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. Sentença Mantida, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. Sentença mantida, nos termos do voto do relator. DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO apenas para determinar a incidência dos juros na forma do item acima, nos termos do voto do relator.
689-16.2011.4.01.9370 2006.37.00.702481-8	DEU PROVIMENTO AO RECURSO para julgar improcedente o pedido, cassada a decisão que antecipou os efeitos da tutela, sem ressarcimento, dada a natureza alimentar da prestação, nos termos do voto do relator. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS para excluir a condenação a título de honorários advocatícios, nos termos do voto do relator.
130-93.2010.4.01.9370 831-20.2011.4.01.9370	NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator. NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.

RETIRADOS DE PAUTA (02)

PROCESSO	RESULTADO/OBSERVAÇÃO/UNANIMIDADE
32-11.2010.4.01.9370 208-87.2010.4.01.9370	